

SUMÁRIO

PARTE I

PARTE GERAL DA EXECUÇÃO TRABALHISTA

Capítulo 1

Tutela executiva e processo do trabalho

1.1 A natureza da atividade jurisdicional executiva trabalhista	21
1.2 Fixação do marco normativo regulador da execução trabalhista	24
1.2.1 Do anacronismo do modelo tradicional de aplicação subsidiária do “direito comum”	26
1.2.2 Da construção de uma interpretação adequada para as regras de subsidiariedade do direito processual do trabalho (CLT, arts. 769 e 889)	28
1.2.3 Da identificação e da preservação da base ideológica formadora do direito processual do trabalho	34
1.2.4 Da construção do método para aplicação subsidiária das alterações da legislação processual civil ao processo trabalho	35
1.2.4.1 Hipóteses de regulamentação inexistente	36
1.2.4.2 Hipóteses de regulamentação referencial	37
1.2.4.3 Hipóteses de regulamentação concorrencial	38
1.2.4.4 Subsidiariedade e supletividade orgânicas no novo Código de Processo Civil (art. 15)	42
1.3 Princípios fundamentais da execução trabalhista	44
1.3.1 Princípio da ampla atuação jurisdicional executiva	47
1.3.2 Princípio da disponibilidade absoluta da tutela executiva	50
1.3.3 Princípio da máxima efetividade da tutela executiva	52
1.3.4 Princípio da menor restrição possível	53

Capítulo 2

Aspectos fundamentais da realização da tutela executiva trabalhista

2.1 Tipificação dos títulos executivos trabalhistas	57
2.2 As modalidades de títulos executivos trabalhistas	59
2.2.1 Títulos executivos trabalhistas judiciais originários	61

2.2.1.1	A sentença proferida pelos órgãos jurisdicionais trabalhistas	63
2.2.1.2	A sentença homologatória de conciliação entre as partes	64
2.2.1.3	Sentença homologatória de acordo extrajudicial (CLT, art. 652, f)	67
2.2.2	Títulos executivos judiciais subsidiários	70
2.2.2.1	Sentença penal condenatória transitada em julgado	71
2.2.2.2	Sentença arbitral	73
2.2.2.3	Decisão no âmbito de tutelas provisórias	74
2.2.2.4	Decisão interlocutória que fixa penas pecuniárias concernentes às obrigações de fazer e de não fazer	76
2.2.3	Títulos executivos atípicos	77
2.2.3.1	Créditos previdenciários decorrentes das decisões trabalhistas	79
2.2.3.2	Dos termos de ajuste de conduta firmados perante o Ministério Público do Trabalho	82
2.2.4	Títulos executivos extrajudiciais próprios	84
2.2.4.1	Dos termos de conciliação perante as comissões de conciliação prévia	84
2.2.5	Títulos executivos extrajudiciais subsidiários	85
2.2.5.1	Títulos de crédito dotados de eficácia executiva	86
2.2.5.2	Documentos públicos e particulares	87
2.2.5.3	Certidão da dívida ativa da União	88
2.2.6	Dos títulos executivos produzidos no estrangeiro	89
2.3	Execução provisória	90
2.3.1	Da fixação do marco normativo regulador da execução provisória trabalhista	92
2.3.2	Desencadeamento da execução provisória	95
2.3.3	Da provocação da tutela executiva provisória	99
2.3.4	Da responsabilidade do exequente pela execução provisória e da prestação de caução	101
2.3.5	Das hipóteses de dispensa da caução	103
2.3.5.1	Dispensa de caução em face da natureza alimentar o crédito exequendo	104
2.3.5.2	Dispensa de caução em face de situação de necessidade do credor	106
2.3.5.3	Da dispensa de caução na pendência de agravo de instrumento	107
2.3.5.4	Dispensa de caução em face de execução de sentença proferida de acordo com jurisprudência dominante	109
2.3.5.5	O problema do indeferimento da dispensa da caução em face da possibilidade de dano de difícil ou incerta reparação (CPC, art. 521, parágrafo único)	110
2.3.6	Da formação de autos suplementares	110
2.3.7	Os efeitos da reversibilidade da sentença perante terceiros	112
2.3.8	A execução provisória e o cumprimento das obrigações de fazer e de não fazer	113

2.4 A legitimidade na execução	115
2.4.1 Legitimidade ativa ordinária originária	118
2.4.2 Legitimidade ativa ordinária superveniente	119
2.4.2.1 Legitimação ativa superveniente do espólio ou dos sucessores do credor	119
2.4.2.2 Legitimação ativa superveniente do cessionário	120
2.4.2.3 Legitimação ativa superveniente do sub-rogado	121
2.4.3 Legitimidade ativa extraordinária	121
2.4.3.1 Legitimidade ativa extraordinária do Ministério Público do Trabalho nas execuções coletivas	122
2.4.4 Legitimidade passiva ordinária originária	123
2.4.5 Legitimidade passiva ordinária superveniente	124
2.4.5.1 Legitimidade passiva ordinária superveniente do espólio, herdeiros e sucessores do devedor (CPC, art. 779, II)	124
2.4.5.2 Legitimidade passiva ordinária superveniente do novo devedor (CPC, art. 779, III)	125
2.4.6 Legitimidade passiva extraordinária	126
2.4.6.1 Legitimidade passiva extraordinária da empresa integrante do grupo econômico (CLT, art. 2º, §§ 2º e 3º)	128
2.4.6.2 Legitimidade passiva extraordinária do sucessor trabalhista (CLT, art. 10, 448 e 448-A)	131
2.4.6.3 Legitimidade passiva extraordinária do sócio decorrente da despersonalização (CLT, art. 10-A)	133
2.4.6.3.1 Incidente de desconsideração da personalidade jurídica e sua aplicação ao processo do trabalho (CLT, art. 855-A CPC, arts. 133 e segs.)	136
2.5 Fraude de execução	145
2.5.1 Fraude de execução relacionada à modalidade da ação movida contra réu ou devedor (CPC, art. 792, I)	148
2.5.2 Fraude de execução baseada na existência de prévio gravame do bem ou do patrimônio do devedor (CPC, art. 792, II e III)	148
2.5.3 Fraude de execução relacionada ao limite temporal da alienação ou oneração dos bens (CPC, art. 792, IV)	150
2.5.4 Instrumentos de preservação do interesse de terceiros diante da fraude de execução (CPC, art. 792, § 4º)	156
2.6 Conteúdo ético das partes na execução – sanções processuais no procedimento executivo	156
2.6.1 Atos atentatórios à dignidade da justiça no âmbito da tutela executiva trabalhista	158
2.6.1.1 Cometimento de fraude à execução (CPC, art. 774, I)	159
2.6.1.2 Oposição maliciosa à execução mediante emprego de ardis e meios artificiosos (CPC, art. 774, II)	159
2.6.1.3 Resistência injustificada às ordens judiciais (CPC, art. 774, III)	161
2.6.1.4 Recusa na indicação de bens passíveis de penhora (CPC, art. 774, V)	162

2.6.2 Da multa pela prática de atos atentatórios à dignidade da justiça (CPC, art. 774, parágrafo único)	163
2.7 Competência para a execução trabalhista	163

Capítulo 3

Liquidação no processo do trabalho

3.1 Natureza jurídica e função da liquidação no processo laboral	167
3.1.1 Tendência contemporânea de estímulo à formação de títulos executivos originalmente líquidos	168
3.1.2 Natureza da atividade jurisdicional de liquidação	170
3.2 Liquidação por cálculos	172
3.2.1 Delimitação conceitual	172
3.2.2 Procedimento da liquidação por cálculos	173
3.3 Liquidação por arbitramento	178
3.4 Liquidação por artigos	180
3.5 Liquidação de sentenças genéricas no processo coletivo	183
3.5.1 O papel tradicional da liquidação e seu anacronismo diante da efetivação das tutelas dos direitos individuais homogêneos	189
3.5.2 Natureza jurídica da liquidação da sentença de tutela de interesses individuais homogêneos	193
3.5.3 Do procedimento da liquidação de sentença de interesses individuais homogêneos de índole trabalhista	196
3.5.3.1 Da forma de provocação da liquidação	196
3.5.3.2 Da competência territorial para o conhecimento do procedimento de liquidação	198
3.5.3.3 Da necessidade do estabelecimento do contraditório prévio	200
3.5.3.4 Da decisão judicial que analisa o pedido de liquidação	200
3.5.3.5 Dos meios de impugnação da liquidação	201
3.5.3.6 Prazo para provocação da liquidação	202

PARTE II

PROCEDIMENTO EXECUTÓRIO

Capítulo 4

Execução por quantia certa contra devedor solvente fundada em título judicial

4.1 Enquadramento do tipo procedimental	207
4.2 Início da execução e provocação do executado	208
4.2.1 Do anacronismo da citação no âmbito da execução fundada em título judicial	209
4.2.2 Do marco inicial para o desencadeamento da tutela executiva	212

4.2.3 Do termo inicial para o cumprimento das sentenças homologatórias de acordos	218
4.3 Da aplicação de medidas coercitivas para o cumprimento das obrigações de pagar previstas em títulos judiciais	220

Capítulo 5

Execução por quantia certa contra devedor solvente fundada em título extrajudicial

Capítulo 6

Fases procedimentais comuns à execução por quantia certa contra devedor solvente fundadas em títulos judicial e extrajudicial

6.1 Fase da coerção patrimonial – penhora	233
6.1.1 Conceito e efeitos da penhora perante o direito processual do trabalho	233
6.1.2 Nomeação de bens à penhora	237
6.1.3 Procedimento de aperfeiçoamento da penhora	239
6.1.3.1 Atos de concretização	240
6.1.3.2 Atos de documentação	242
6.1.3.3 Atos de efetivação – depósito e registro da penhora	244
6.1.4 Causas de impenhorabilidade perante a execução trabalhista	247
6.1.4.1 Móveis, pertences e utilidades domésticas que guarnecem a residência do executado (CPC, art. 833, II)	249
6.1.4.2 Vestuários e os pertences de uso pessoal do executado (CPC, art. 833, III)	251
6.1.4.3 Vencimentos, remunerações e congêneres do devedor (CPC, art. 833, IV)	252
6.1.4.4 Livros, máquinas, ferramentas, utensílios, instrumentos ou outros bens móveis necessários ou úteis ao exercício da profissão do executado (CPC, art. 833, V)	255
6.1.4.5 Seguro de vida (CPC, art. 833, VI)	258
6.1.4.6 Materiais necessários para obras em andamento (CPC, art. 833, VII)	258
6.1.4.7 Pequena propriedade rural (CPC, art. 833, VIII)	258
6.1.4.8 Recursos públicos recebidos por instituições privadas para aplicação compulsória em educação, saúde ou assistência social (CPC, art. 833, IX)	259
6.1.4.9 Quantia depositada em caderneta de poupança, até o limite de quarenta salários mínimos (CPC, art. 833, X)	260
6.1.4.10 Recursos públicos do fundo partidário recebidos por partido político (CPC, art. 833, XI)	261
6.1.4.11 Créditos oriundos de alienação de unidades imobiliárias, sob regime de incorporação imobiliária, vinculados à execução da obra (CPC, art. 833, XII)	262
6.1.4.12 Bem de família (Lei n. 8.009, de 29.03.1990)	262

6.1.5	Modificações da penhora	266
6.1.5.1	Causas de aumento da penhora	266
6.1.5.2	Causas de diminuição da penhora	267
6.1.5.3	Causas de substituição da penhora	268
6.1.6	Penhoras especiais	273
6.1.6.1	Penhora de dinheiro em depósito ou em aplicação financeira (CPC, art. 854 e segs.)	274
6.1.6.2	Penhora de créditos (CPC, arts. 855 e segs.)	277
6.1.6.3	Penhora das quotas ou ações de sociedades personificadas (CPC, art. 861)	279
6.1.6.4	Penhora de empresa, de outros estabelecimentos e de semoventes (CPC, art. 862 e segs.)	280
6.1.6.5	Penhora de percentual de faturamento de empresa (CPC, art. 866)	283
6.1.6.6	Penhora de frutos e rendimentos de coisa móvel ou imóvel (CPC, art. 867 e segs.)	286
6.1.7	Avaliação	287
6.2	Fase de expropriação	289
6.2.1	Adjudicação na perspectiva trabalhista	291
6.2.1.1	Requerimento de adjudicação por terceiros – hipóteses de remição da penhora e sua aplicabilidade ao processo do trabalho	295
6.2.2	Alienação por iniciativa particular e em leilão judicial eletrônico ou pre- sencial na perspectiva trabalhista	296
6.2.2.1	Alienação por iniciativa particular	297
6.2.2.2	Alienação em leilão judicial eletrônico ou presencial	299
6.2.2.2.1	Formas legais de expropriação por meio de leilão judicial e sua aplicação ao processo do trabalho	300
6.2.2.2.2	Comunicação prévia da realização do leilão – publi- cação de editais e seus requisitos	301
6.2.2.2.3	Apresentação e apreciação de lances e propostas	304
6.2.2.2.4	Auto de arrematação – lavratura e assinatura	308
6.2.2.2.5	Procedimentos de transferência do domínio para o arrematante – mandado de entrega e carta de arre- matação	309
6.2.2.2.6	Desfazimento da arrematação	311
6.3	Incidentes atípicos e procedimentos finais da execução por quantia certa	313
6.3.1	Decretação de recuperação judicial do devedor	313
6.3.2	Decretação de falência do executado	316
6.3.3	Prescrição intercorrente	317
6.3.4	Causas de suspensão da execução	321
6.3.5	Extinção da execução pelo pagamento	321

Capítulo 7

Tutela específica das obrigações de fazer e não fazer no âmbito do processo do trabalho

7.1 A construção do conceito de tutela específica no processo do trabalho	324
7.2 Provocação do devedor e suas consequências	326
7.3 Instrumentos de coerção do juiz condutor da execução	327
7.3.1 Multas (<i>astreintes</i>)	328

Capítulo 8

Procedimentos executivos peculiares de competência da justiça do trabalho

8.1 Execução de contribuições previdenciárias no processo do trabalho	333
8.1.1 Atipicidade e caráter extraordinário da execução previdenciária de competência da Justiça do Trabalho	333
8.1.1.1 Competência para executar contribuições previdenciárias decorrentes de homologação de acordo extrajudicial (CLT, art. 855-A a 855-E)	341
8.1.2 Aspectos procedimentais relevantes	342
8.2 Execução de obrigações de trato sucessivo	343
8.3. Execução fiscal de competência da Justiça do Trabalho (CF, art. 114, VII)	344
8.3.1. Obrigações exequíveis nos limites da execução fiscal trabalhista: multas decorrentes de penalidades administrativas	344
8.3.2. Procedimento da execução fiscal trabalhista	347

Capítulo 9

Execução contra a Fazenda Pública na perspectiva trabalhista

9.1 Procedimento das execuções em face da Fazenda Pública no âmbito do direito processual do trabalho	351
9.1.1 Execução em face da Fazenda Pública fundada em título executivo judicial	352
9.1.1.1 Impugnação da Fazenda Pública – Embargos à execução	353
9.1.1.1.1 Falta ou nulidade da citação se, na fase de conhecimento, o processo correu à revelia (CPC, art. 535, I)	354
9.1.1.1.2 Ilegitimidade de parte (CPC, art. 535, II)	354
9.1.1.1.3 Inexequibilidade do título ou inexigibilidade da obrigação (CPC, art. 535, III; CLT, art. 884, § 5º)	355
9.1.1.1.4 Excesso de execução ou cumulação indevida de execuções (CPC, art. 535, IV)	356
9.1.1.1.5 Incompetência absoluta ou relativa do juízo da execução (CPC, art. 535, V)	357
9.1.1.1.6 Causas impeditivas, modificativas ou extintivas das obrigações executadas (CPC, art. 535, VI)	357
9.1.2 Execução em face da Fazenda Pública fundada em título executivo extrajudicial	358

PARTE III**MEIOS DE DEFESA DO EXECUTADO****Capítulo 10****Instrumentos de garantia do exercício do direito de defesa do executado – defesas típicas e atípicas**

10.1 Defesas típicas do devedor no processo do trabalho: embargos à execução fundada em título judicial	365
10.1.1 Embargos à execução fundada em título judicial	368
10.1.1.1 A questão do prazo para ajuizamento	368
10.1.1.2 Matérias arguíveis no âmbito dos embargos à execução trabalhista	371
10.1.1.2.1 A falta ou a nulidade da notificação na fase de conhecimento (CPC, art. 525, § 1º, I)	371
10.1.1.2.2 Ilegitimidade da parte (CPC, art. 525, § 1º, II)	372
10.1.1.2.3 Inexequibilidade do título ou inexigibilidade da obrigação (CPC, art. 525, § 1º, III)	374
10.1.1.2.4 Vícios na penhora ou na avaliação (CPC, art. 525, § 1º, IV)	378
10.1.1.2.5 Excesso de execução ou cumulação indevida de execuções (CPC, art. 525, § 1º, V)	378
10.1.1.2.6 Incompetência absoluta ou relativa do juízo da execução (CPC, art. 525, § 1º, VI)	380
10.1.1.2.7 Causas impeditivas, modificativas ou extintivas das obrigações executadas (CPC, art. 525, § 1º, VII)	380
10.1.1.3 Da suspensividade relativa dos embargos à execução	381
10.1.1.4 O problema da garantia do juízo como pressuposto dos embargos	384
10.1.1.5 Da natureza jurídica do ato que decide os embargos à execução e do recurso cabível	386
10.2 Defesas típicas do devedor no processo do trabalho: embargos do devedor em execução fundada em título extrajudicial	386
10.2.1 Parcelamento da dívida exequenda pelo devedor	390

Capítulo 11**Defesas atípicas do devedor no processo do trabalho**

11.1 Objeção de pré-executividade	394
11.1.1 Construção conceitual da objeção de pré-executividade	395
11.1.2 Cabimento e função da objeção de pré-executividade na execução trabalhista	396
11.1.3 Procedimento da objeção de pré-executividade	398

11.1.4	Natureza jurídica, efeitos e recorribilidade da decisão que resolve a objeção de pré-executividade	400
11.1.5	Objecção de pré-executividade e ato atentatório à dignidade da justiça	403
11.2	Embargos de terceiro	403
11.2.1	Legitimação dos embargos de terceiro nos limites da tutela de execução ...	404
11.2.1.1	Legitimação do cônjuge ou companheiro na defesa de patrimônio próprio ou meação (CPC, art. 674, § 2º, I)	405
11.2.1.2	Legitimação do terceiro adquirente de bem alienado em fraude de execução (CPC, art. 674, § 2º, II)	406
11.2.1.3	Legitimação do terceiro que sofre constrição judicial de seus bens por força de desconsideração da personalidade jurídica, de cujo incidente não fez parte (CPC, art. 674, § 2º, III)	406
11.2.1.4	Legitimação do credor com garantia real (CPC, art. 674, § 2º, IV)	407
11.2.2	Prazo para ajuizamento dos embargos de terceiro	407
11.2.3	Procedimento	408
11.3	Defesa por meio de ações constitutivas	410
11.4	Mandado de segurança	412

Capítulo 12

Sistema recursal da execução

12.1	Convergência conceitual dos agravos na perspectiva do direito processual do trabalho	415
12.2	Do cabimento do agravo de petição	417
12.3	Pressupostos recursais específicos do agravo de petição	420
12.3.1	O preparo do agravo de petição – depósito recursal e garantia do juízo	420
12.3.2	Delimitação das matérias objeto do agravo de petição	423
12.4	Processamento do agravo de petição	424
12.5	Cabimento do recurso de revista em face das decisões de agravo de petição	425
	Referências bibliográficas	429
	Índice Alfabético e Remissivo	439